

Orlando Caliman

É economista e escreve às quintas-feiras neste espaço
E-mail: ocaliman.vix@gmail.com

Áreas de brejos foram objeto de intervenções, a maioria sem o cuidado com o equilíbrio ambiental. Com isso, pequenos brejos praticamente desapareceram

Crise hídrica e os brejos

Talvez seja esta uma das maiores crises hídricas da história do Espírito Santo. Pelo menos pelo que posso testemunhar nos anos de minha existência - com parte dela vivenciada na roça -, não vem à memória nada igualável. Principalmente se observarmos o lado devastador dos seus efeitos, hoje exponencialmente superiores, dado o estado de fragilidade dos nossos ecossistemas, e cuja causalidade central vamos encontrar na forma como ocupamos e fizemos uso de nossos recursos naturais: rios, matas, terras, lagoas, brejos etc. Certamente, a situação poderia ser outro caso não ocorressem tais descuidos, que infelizmente ainda acontecem.

Referi-me a brejo por uma razão até inusitada. Nas minhas caminhadas corriqueiras, normalmente mais longas aos domingos, é comum encontrar amigos das mais diversas origens. Neste último domingo, por acaso, numa conversa mais alongada, o tema da discussão, sugerida pelo amigo foi centrado exatamente no tema brejo. E por duas razões: do lado do nosso imaginário, pelo que representou nas nossas infância e juventude, e pela percepção de que seu programado e drástico desaparecimento tem muito a ver com as penúrias atuais decorrentes da seca.

Brejo, alagado, pântano, paul e outras

tantas expressões equivalentes na verdade são designações para um determinado tipo de ecossistema, em muitos casos micro ecossistemas, caracterizados por águas quase paradas, rasas, geralmente cobertas por vegetação e sujeitos a inundações periódicas. Funcionam como reservatórios naturais e proteção de nascentes. Já para nós, relembra meu amigo de caminhada, significava um verdadeiro paraíso, pois lá podíamos encontrar peixes dos mais diversos, rãs nos períodos de cheia e outras tantas formas de diversão.

Porém, eis que surge o ProVárzeas, com a denominação oficial de Programa de Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis. Sua existência oficial foi feita por decreto presidencial em 1981, no governo de João Figueiredo. No entanto, remonta meados da década de 1970. Tinha por objetivo incorporar novas áreas ao processo produtivo da agropecuária, especialmente na produção de alimentos: arroz, milho, feijão, forragens etc. Para isso, áreas de brejos foram objeto de intervenções, a maioria das quais feitas sem os mínimos cuidados com o equilíbrio ambiental. Com isso, pequenos brejos praticamente desapareceram e rios tiveram seus percursos modificados.

Intervenções desse tipo não seriam possíveis hoje face à legislação atual, pois tais “vales úmidos” constituiriam áreas de preservação permanente. Aqui no Espírito Santo, o ProVárzeas contou, inclusive, com aporte de recursos do banco alemão KfW, além de direcionamento de financiamento por parte de instituições de fomento. Fica aqui registrada a saudade dos nossos brejos!